

ANÁPOLIS

Oposição quer CEI da Operação Máscara Digital



Sem o número necessário para aprovar uma comissão, vereadores decidem realizar uma audiência pública. **Página 9**



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.806 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 1º A 7 DE JUNHO DE 2025
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

GOIÂNIA

Paço pretende buscar na Justiça recomposição de R\$ 1 bilhão da União

Sandro Mabel afirma que a capital perdeu recursos em repasses do Fundo de Participação dos Municípios e está sendo esfolada pelo governo federal. **Página 8**

ENTREVISTA

JOÃO CAMPOS

Vice-prefeito de Aparecida de Goiânia (Podemos)

SECOM/Aparecida de Goiânia



PEC da Segurança Pública é uma enganação, critica Campos

A integração de todas as forças policiais já existe e pegar esse conceito e levar para a Constituição Federal não vai mudar nada, diz o ex-deputado. **Páginas 4, 5**

ESCOLA

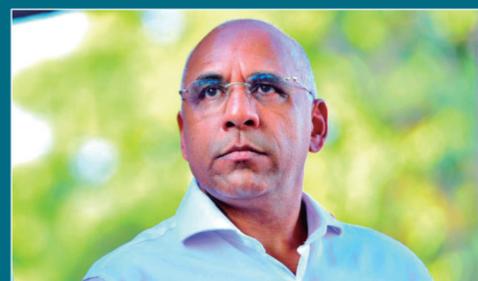
Sem celular, escolas de Goiás vivem nova era de foco e interação



Lei que proíbe uso de celulares muda rotina nas escolas e melhora rendimento, convivência e bem-estar de alunos e professores. **Página 11**

TRIBUNA POLÍTICA

Rogério Cruz vira álibi político da crise na Saúde



Auditoria do DenaSUS faz Paço por ex-prefeito de volta ao jogo como escudo da gestão Sandro Mabel. **Página 3**

HERIVELTO NUNES

CBF quer reduzir campeonatos estaduais



Plano de Samir Xaud de encurtar a duração das competições enfrenta resistência no futebol goiano, um dos mais disputados. **Página 12**

AGRO

Goiás lidera conquista histórica: Brasil é zona livre de aftosa sem vacinação

Enio Tavares | Seapa



Reconhecimento internacional impulsiona a pecuária goiana e abre portas para mercados exigentes como Japão e União Europeia **Página 10**

Alego



ALEGO

Deputado do chapéu coleciona representações no Conselho de Ética

Nos dois mandatos, foram protocoladas mais de dez ações no Conselho de Ética contra Amauri Ribeiro, algumas arquivadas, outras em andamento. **Página 7**

EDITORIAL

Contradições nas finanças

A gestão financeira de Goiânia em 2025 transita em um cenário de contradições e desafios, como ficou claro com a prestação de contas do primeiro quadrimestre pelo prefeito Sandro Mabel, na Câmara Municipal. Apesar de a prefeitura anunciar uma redução drástica nos investimentos, de R\$ 148,4 milhões no primeiro quadrimestre de 2024 para apenas R\$ 35,7 milhões em 2025, o município mantém um superávit de mais de R\$ 705 milhões e registra crescimento na arrecadação de tributos como IPTU, ISS e IRRF.

Essa aparente estabilidade financeira contrasta com a narrativa oficial de crise, que justifica a contenção de gastos e a priorização de ações pontuais, como a amortização da dívida pública, que consumiu R\$ 38 milhões. A arrecadação crescerá ainda mais, com a cobrança da taxa de limpeza urbana a partir de 1º de julho.

No entanto, essa justificativa não convence completamente. E passou a suscitar mais dúvidas depois que o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM) recomendou a não prorrogação, por mais seis meses, do decreto de calamidade pública nas finanças da capital por ausência de elementos que sustentem a narrativa de terra arrasada.

A situação mostra o embate entre a tentativa de justificar a contenção de gastos e a realidade de um município que, apesar das dificuldades, mantém saldo positivo e crescimento na arrecadação.

A transparência e a responsabilidade na administração pública devem prevalecer. Reduzir investimentos em obras e infraestrutura, mesmo em tempos de crise, sem justificativas sólidas, pode comprometer o desenvolvimento a longo prazo e a qualidade de vida da população.

É fundamental que a gestão seja pautada por dados concretos e por uma comunicação clara, para que a sociedade possa confiar nas ações do governo. Afinal, a verdadeira responsabilidade de um gestor público é garantir o bem-estar da cidade e de seus cidadãos, com transparência e compromisso com o futuro.

ARTIGO

Qualidade e segurança na assistência em saúde: um compromisso diário

A busca por uma assistência em saúde de qualidade e segura é um anseio universal. No Hospital de Urgências de Goiás - Dr. Valdemiro Cruz (HUGO), esse empenho se torna ainda mais desafiador, dada a complexidade, as demandas crescentes da população e o perfil de pacientes que atendemos.

Como diretora médica de um hospital estadual, compreendo a importância de oferecer um atendimento humanizado, eficiente e seguro aos nossos pacientes. Para tanto, desde que o Einstein assumiu a gestão do HUGO, temos trabalhado incansavelmente na implementação de diversas ações e estratégias. O objetivo é garantir a excelência em todos os processos assisten-

ciais.

A segurança do paciente é a nossa principal prioridade. Através de protocolos rigorosos, treinamentos contínuos e investimentos em tecnologia, buscamos prevenir eventos adversos e garantir a melhor experiência possível aos nossos usuários. A implementação de programas de acreditação e certificação também tem sido fundamental para assegurar a qualidade dos nossos serviços.

Um desses exemplos é o Protocolo Angels, uma iniciativa internacional de tratamento de pacientes de AVC em que o HUGO é certificado com o status Diamond, o nível máximo de qualidade de assistência. Somos o único hospital público da

ARTIGO

A reeleição é boa ou ruim para o Brasil?

Vira e mexe a discussão sobre o fim da reeleição para prefeitos, governadores e presidente volta à cena no Brasil. A discussão mais recente diz respeito à aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no último dia 21 de um projeto que extingue o dispositivo e amplia a duração dos mandatos executivos de 4 para 5 anos.

A extinção seria feita de forma transitória (para não prejudicar os atuais governantes, eleitos com a regra atual) até as eleições de 2034 quando ocorreria a unificação dos pleitos e o processo eleitoral se daria todo de uma só vez de 4 em 4 anos e não bienalmente como hoje.

A reeleição é uma característica eleitoral relativamente nova na democracia brasileira. Foi instalada em junho de 1997 durante o governo Fernando Henrique Cardoso e na época gerou grande discussão na sociedade. O principal motivo de debate, era que a emenda constitucional já valia para as eleições do ano seguinte à sua promulgação (1998), o que levaria os governadores e o próprio FHC a

estarem elegíveis para a renovação do mandato. Ou seja, foi uma ação casuística, em benefício próprio.

Passados 28 anos de sua aprovação, o mecanismo ainda suscita polêmicas e opiniões diversas. Os favoráveis à reeleição argumentam que 4 anos é pouco tempo para um governante imprimir seu modelo de gestão e entregar resultados, os contrários dizem que o eleito já assume no primeiro dia de seu mandato já pensando em se reeleger e aí governa com ações populistas, de ampla aceitação e evita tomar medidas amargas e impopulares, mas por vezes necessárias em uma cidade, estado ou no país.

A taxa histórica de sucesso em uma candidatura à reeleição flutua entre 70 e 80% para prefeitos e governadores. No caso presidencial, dos 4 mandatários que tentaram um novo mandato subsequente (FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro), apenas o ex-capitão do Exército fracassou em seu objetivo. Perdendo a disputa de 2022 para Lula.

O projeto, agora em questão, no Senado Federal está pronto para ser votado em

plenário imediatamente. Basta que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP) coloque em pauta. Uma vez aprovado, ele seguirá para a Câmara dos Deputados para apreciação. Ou seja, há um longo caminho até a promulgação.

Difícilmente essa mudança se tornará realidade. Há muitos interesses difusos envolvidos, pode haver judicialização e o Congresso é muito corporativo. Grandes decisões como essas são construídas e trabalhadas por longo tempo nos bastidores, para criar uma sensação de quase unanimidade, de algo pacificado. Mesmo que estejam longe de ser.

É o caso da reeleição que desperta paixões e ódios há quase 30 anos.



Caio Bruno é especialista em Marketing Político



*Fabiana Rolla é diretora médica do Hospital de Urgências de Goiás - Dr. Valdemiro Cruz (HUGO)



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@yahoo.com.br

Dhayane Marques
dhayanemarques@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO
em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com



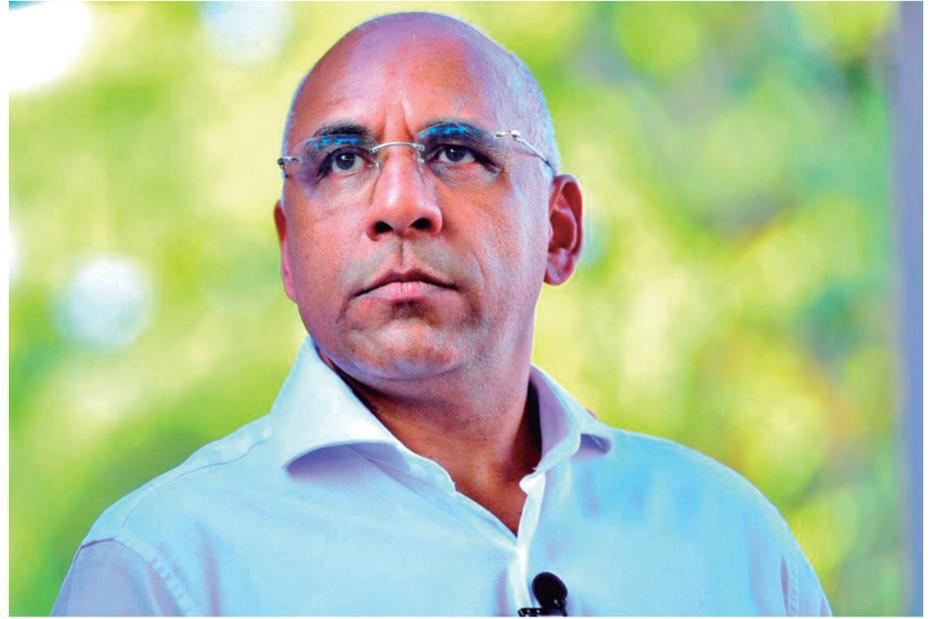
Rogério Cruz volta ao jogo na função de álibi político da crise na Saúde

Jucimar de Sousa

A auditoria do DenaSUS nas maternidades públicas de Goiânia não reforçou apenas falhas estruturais na saúde da capital. Politicamente forçou a gestão do prefeito Sandro Mabel (UB) a trazer um nome que estava esquecido e à margem do bastidor político: ressuscitar politicamente Rogério Cruz (SD), mesmo que a contragosto. O ex-prefeito retornou ao jogo político como escudo da atual administração, que usa a narrativa de caos herdado para tentar contrapor atores importantes como a vereadora Aava Santiago (PSDB).

Na prática, a tática tem um nome conhecido: o discurso de terra arrasada. A ideia é cristalizar na opinião pública a percepção de que todos os problemas herdados são incontornáveis e, portanto, não podem ser cobrados do atual prefeito. A crítica a Aava, que pediu auditoria apenas para 2025, foi o gatilho perfeito para acionar essa engrenagem, seja na prestação de contas ou em entrevistas coletivas em que o prefeito e auxiliares falam sobre o assunto.

Durante a prestação de contas na última quinta-feira (29), Mabel defendeu sua gestão e acusou Aava de ser "conivente" por não ter pedido auditoria sobre os anos anteriores. Um dia antes a este colunista, o secretário



Luiz Pellizzer anunciou que ele mesmo solicitaria a ampliação da auditoria para 2022, 2023 e 2024.

Nos bastidores, a interpretação é clara: a administração municipal decidiu que é hora de assumir de vez a narrativa do "caos herdado" e usá-la como amortecedor diante do avanço de cobranças sobre a área mais sensível do governo: a saúde e a crise nas maternidades.

Mabel, ao convocar publicamente a Câmara a investigar o passado, joga para a plateia, mas também pressiona os vereadores. Aava, por sua vez,

respondeu com precisão: "Sabe por que isso não vai acontecer, prefeito? Porque os vereadores da base do Rogério que ganharam a eleição estão na sua base e os que perderam estão na sua gestão. Então, não tem como eles pedirem essa investigação."

Por ora, a figura de Rogério Cruz, politicamente enterrada após a debandada da base e o isolamento no final de seu mandato, volta a circular como peça útil para justificar as falhas do presente. Mabel ainda governa sob o eco do antecessor, mas em algum momento terá que responder sozinho.

De volta ao jogo

Quem também promete voltar ao jogo político é o ex-deputado federal Vilmar Rocha. Presidente de honra do PSD goiano, ele fala abertamente em candidatura ao Senado para 2026, repetindo os planos em 2014, quando bateu na trave, perdendo a única cadeira disponível para o governador Ronaldo Caiado (UB), e em 2022, quando disputou na base caiadista.

Momentos

"Em 2022 a minha candidatura foi mais para honrar os planos iniciais do partido após o Henrique Meirelles e o Lissauer Vieira desistirem. Acredito que agora, em outro momento, há chances de uma candidatura competitiva ser bem trabalhada. É o que eu irei buscar. Em 2014, por exemplo, tive mais de um milhão de votos e bati na trave", avalia à coluna.

Ativos políticos

"Candidatura majoritária depende das circunstâncias e dos nomes postos. Não sei daqui até março do ano que vem o que vai acontecer. Eu gostaria de ser candidato a senador, já fui e sou um nome estadual. Tenho ativos políticos importantes: nome limpo, capacidade intelectual, experiência política e administrativa. Estou preparado, mas não sei o que vai acontecer daqui para março", destaca.

Variáveis

"Pela legislação atual, cada partido, fazendo coligação ou não, pode lançar dois nomes. Juridicamente isso é possível. Politicamente, eu vou aguardar a evolução do quadro político em nível nacional e estadual. Eu coloco meu nome à disposição com todas as minhas qualificações e vou esperar a definição do quadro. Tudo está indefinido"

E Vanderlan?

"Ele [Vanderlan] já é senador e também é candidato. Vamos aguardar para ver qual a composição que será organizada. Se será mesmo com o MDB. Eventualmente, podemos fazer até outro tipo de composição. Na minha avaliação, isso será definido até março ou abril do ano que vem."

Foco no trabalho

O senador Vanderlan Cardoso (PSD) destaca que está focado em seu mandato e nas entregas que fará até o ano que vem. Reforça, contudo, o desejo de se viabilizar como nome competitivo dentro da base do governador Ronaldo Caiado (UB) e do vice-governador Daniel Vilela (MDB), mas a definição eleitoral será tomada apenas nas convenções de 2026.



Secom-GO

Nos bastidores, prefeitos da Região Metropolitana veem na política de subsídio ao transporte coletivo uma vitrine eleitoral de Ronaldo Caiado. Para alguns, a manutenção da tarifa congelada serve tanto para impulsionar Daniel Vilela em 2026 quanto para alimentar o discurso nacional do governador. Mas a conta pesa. Trindade já admite não conseguir pagar sua parte e propôs um repasse simbólico. Entre os prefeitos, cresce o coro: ou reajusta a passagem, ou o Estado amplia sua fatia.

A esquerda e o Senado

A frente suprapartidária Direitos Já! articula em Goiás a formação de uma frente ampla para lançar candidatura única ao Senado em 2026. A ideia é reunir partidos democráticos, da direita à esquerda, para frear o avanço do bolsonarismo no Congresso. O cientista político Antônio Lavareda deve apresentar dados do Ipespe em reunião com lideranças locais. Nomes como Marconi, Meirelles e Edward estão no radar.



De

Ex-governador Marconi Perillo (PSDB) passa a admitir...



volta

...nos bastidores e publicamente...



ao jogo

Que uma candidatura ao Governo em 2026 está no seu radar

Foco em Brasília

À coluna, a vereadora Aava Santiago reforça que a tendência é repetir 2022 e lançar uma candidatura a deputada federal. "Está no nosso horizonte. A gente já rodou pesquisas internas e as chances são reais", salientou.

Confortável

Em meio a um processo de fusão ou federalização com o Podemos, Aava afirma que não há ainda motivos para deixar o PSDB e a tendência é de permanecer na nova configuração partidária. "Estou confortável onde estou. Não tenho planos de sair. Exceto se houver uma mudança brusca nos rumos. A minha expectativa é de permanecer".

Não será candidato

Se Kajuru até semana passada destacava à coluna que condicionava sua reeleição à aprovação da PEC que põe fim ao mecanismo, agora tem dito abertamente que não será candidato a nada, independente do que acontecer. Nem ao Senado, nem a deputado federal, tampouco a estadual. A conferir.

Sem reconhecimento

O senador destaca que o eleitor goiano não reconheceu os feitos que entregou em seu mandato. Kajuru tem dito que, se disputasse hoje as eleições, não seria reeleito e conheceria a derrota nas urnas.

ENTREVISTA JOÃO CAMPOS (PODEMOS)

“Não há justificativa para deixar a base e passar a ser oposição”

Andréia Bahia

TRIBUNA DO PLANALTO

Administrar uma cidade como Aparecida de Goiânia é um desafio em razão do crescimento acelerado que o município vem registrando nos últimos anos. Quais os avanços que a gestão conseguiu neste período e quais as principais demandas da administração?

JOÃO CAMPOS

A situação mais desafiadora que encontramos se refere ao equilíbrio fiscal: uma prefeitura com dívidas que nos surpreenderam. Sabíamos que íamos encontrar dificuldades, mas não da dimensão daquilo que encontramos. Quase meio bilhão em dívidas, incluindo a folha de servidores do mês de dezembro e a rescisão dos vínculos trabalhistas que se encerraram dia 30 de dezembro. Esse foi o primeiro e o maior desafio que encontramos, mas sabíamos que, independentemente do tamanho dessa dificuldade, a primeira coisa que devíamos fazer, e Leandro (Vilela) fez isso com muita firmeza e muita consciência, era um enxugamento da máquina, contenção de gastos, revisão de contratos para buscar o equilíbrio das contas o mais cedo possível. Isso foi feito com muita firmeza, com o apoio da Câmara de vereadores. Paralelamente à questão do desequilíbrio das contas e das dívidas, encontramos uma situação na saúde desfavorável, porque Goiânia tinha entrado em colapso na gestão do Rogério Cruz e isso sobrecarregou muito a saúde de Aparecida, que ainda está sobrecarregada. Já foram adotadas as medidas que cabiam para minimizar essa situação, mas ainda há uma sobrecarga. Isso tem nos preocupado muito, porque encontrar pessoas aguardando vagas, cirurgia, vaga de UTI e a administração com dificuldade de atender toda a demanda é algo que nos inquieta como pessoa humana. Outro setor desafiador eram as vagas no Cmeis com um déficit muito expressivo. Conseguimos avançar, mas não resolvemos tudo e acho que, no próximo ano, vamos conseguir estabilizar essa questão das vagas nos Cmeis. Fora essas três situações, a zeladoria da cidade, que estava abando-

A atual vice-prefeito de Aparecida de Goiânia, o ex-deputado João Campos deve migrar para outro partido da base do governador Ronaldo Caiado com a fusão do Podemos com o PSDB, que por 15 anos foi o partido dele. Sobre os primeiros meses da gestão de Leandro Vilela,

Campos pontua que retomar o equilíbrio fiscal foi o principal desafio, que a solução encontrada para criar vagas nos Cmeis não é definitiva e que a prefeitura estuda contratar vagas no terceiro setor. Para ele, a proposta do governo federal para a segurança pública é uma “enganação”.



João Campos

Vice-prefeito de Aparecida de Goiânia (Podemos)

nada, suja, muito buraco, mato, lâmpadas queimadas. Tivemos que entrar para valer, inclusive com contratação de equipes, porque no período chuvoso, por mais que trabalhe, é enxugar gelo, mas não pode deixar de fazer. A cidade é muito grande, 600 mil habitantes, imaginemos que as equipes ataquem a região do Garavelo e façam toda uma roçagem. Quando terminam ali e vão para a Região Leste da cidade, dali a 15, 20 dias o mato já voltou, porque a chuva favorece isso. Com o fim do período chuvoso, esse serviço está tendo mais resultado, tanto a roçagem como o tapa buraco. Em relação à iluminação pública, Leandro conseguiu finalizar uma PPP para substituição de todo o sistema de iluminação

de Aparecida até 21 de dezembro deste ano e já temos mais de 10 mil lâmpadas substituídas por LED. Daqui para frente, temos um compromisso de campanha que é universalizar a infraestrutura de Aparecida, falta pouco, mas é preciso cumprir esse compromisso e nós vamos cumprir, que é não deixar uma só rua sem asfalto, até porque isso também vai nos ajudar em relação às próximas etapas de manutenção da qualidade da mobilidade da cidade. Vamos atacar isso com muita força e já existe a colaboração do governo do estado, firmando uma transferência de recursos que vai ajudar nessa questão da infraestrutura. Há um compromisso nosso com o governador Ronaldo Caiado e com o vice-governador Daniel

Vilela para universalizar o serviço de água tratada e de esgoto, o que falta pouco. Água falta 10% e esgoto um pouquinho mais. Mas o governador e o vice-governador chamaram a Saneago e acredito que serão ganhos notáveis para a população de Aparecida.

Essa situação da saúde, que fica sobrecarregada em razão do atendimento de pacientes de outros municípios, pode ser evitada?

Na medida em que, principalmente Goiânia, sair dessa situação de colapso. Tivemos uma reunião há duas semanas com as equipes da Saúde de Goiânia e do estado e ficou acertado que a cada 15 dias faremos uma nova reunião para encontrarmos alternati-

vas que possam minimizar esse quadro. Não dá para continuar como está.

Sobre a educação, a crise com os professores, que chegaram a deflagrar uma greve, foi pacificada?

Foi pacificada. A greve foi resultado de um momento em que a representação da categoria terminou não absorvendo o diálogo, tudo aquilo que foi proposto, mas a adesão foi muito baixa. Nós respeitamos isso e aquilo que

“Precisamos de um Ministério da Justiça e Segurança Pública que seja efetivamente indutor de uma política nacional de segurança pública; e política nacional significa ações, programas e recursos.”

tínhamos proposto, com diálogo com a categoria, foi transformado em projeto de lei que foi aprovado. A principal reivindicação era a questão do piso e isso foi consolidado. À medida que a principal reivindicação foi consolidada no projeto de lei, voltou-se à normalidade. Havia duas outras questões colocadas na agenda, mas havíamos dito que não dava para avançar de imediato, que eram as progressões, que estão judicializadas, e o concurso, que, no ano passado, por recomendação do Ministério Público e depois do Tribunal de Contas dos Municípios, foi sobrestado por ser ano eleitoral e também por algumas indagações acerca do procedimento. Pretendemos avançar nisso, mas foi dito no diálogo com a categoria que teria que ser em um segundo momento, porque o município teria que superar a questão judicial, mas também levar em conta a capacidade do tesouro.

Sobre as vagas nos Cmeis, a solução encontrada em Aparecida foi reduzir o período das crianças nas unidades para dobrar o número de vagas. Já foi avaliado se essa solução resolveu o problema das mães, principalmente das que trabalham período integral?

As mães continuam tendo dificuldade e nós pretendemos avançar em relação a isso no ano que vem. Uma das hipóteses mais prováveis seria buscar parceria com o terceiro setor para poder atender essa demanda e, na medida do possível, facilitar também a vida das mães. Isso nos sensibiliza muito, a mãe ser prejudicada em relação ao trabalho para complementar a renda, em função de não termos ainda a possibilidade de absorver essas crianças.

A parceria entre o senhor e o prefeito permanece harmônica? Há informação de que não há muita sintonia entre suas visões administrativas e políticas.

Não, zero. A relação com Leandro, quer do ponto de vista da gestão, quer do ponto de vista político, é 100%. Nós nos damos muito bem, dialogamos diariamente, procuro colaborar com as missões que me delegam, de tal forma que isso não existe.

Como deputado federal o senhor já foi oposição ao governo e sabe a importância de um governo ter uma oposição atuante. Como avalia o fato de o prefeito não ter oposição ou apenas um vereador de oposição?

Eu acho que isso revela, neste início de governo, uma certa maturidade e equilíbrio por parte da Câmara de vereadores. Temos vereadores dos mais diversos partidos e, até o mês passado, todos estavam apoiando a administração do Leandro. Não aquele apoio de linha, como se fosse uma coisa cega, mas por entender que as medidas que Leandro estava tomando eram adequadas, que o momento era de muita dificuldade, que Leandro estava buscando diálogo em relação a todos os assuntos com a Câmara, sem discriminar nenhum vereador. E fazer oposição já no início do governo, fica parecendo que é uma ausência de maturidade, fazer oposição por oposição. À medida que a administração vai andando e as ações acontecendo, é natural que um ou outro vereador, por questão ideológica, uma discordância com alguma decisão tomada, comece a se posicionar. Vejo isso com

naturalidade. Certamente no curso da caminhada, não teremos só um vereador fazendo oposição, outros poderão também fazer. E a oposição, desde que seja responsável, séria, consequente, termina sendo útil e contribuindo para a administração, porque é alguém que tem outra visão, está fazendo uma crítica e essa crítica deve ser objeto de reflexão. De toda forma, vejo que esse comportamento de quase unanimidade certamente não persistirá por muito tempo.

O Podemos já discute estratégias para as eleições de 2026?

Eu penso que sim, mas não faço parte da direção do partido, o presidente é o deputado federal Glaustin (da Fokus) e há uma direção estadual. Penso que Glaustin esteja liderando essas conversas com uma certa cautela em função dessa questão com o PSDB, que termina dificultando, porque, enquanto não consolidar ou deixar de consolidar essa fusão, os diálogos ficam um pouco prejudicados.

Ronaldo tem uma história na direita, não é de direita por conveniência eleitoral momentânea. Ele historicamente é conservador, um político preparado tanto do ponto de vista da atuação legislativa quando da gestão executiva.

Qual sua opinião sobre essa fusão entre o Podemos e o PSDB?

Aqui em Goiás, se isso efetivamente acontecer, é claro que acontece no nível nacional, a consequência será o nosso grupo deixar o partido, porque o nosso grupo faz parte da base do governador Ronaldo Caiado de forma harmônica, tranquila, não há nenhum desencontro com o governador ou com o vice-governador que justificasse deixarmos a base e passarmos a ser um grupo de oposição em função dessa fusão. Pelo menos essa é a minha avalia-



ção pessoal.

A tendência é que a aliança com o Caiado prevaleça até 2026 ou o partido pode buscar um caminho independente na eleição para presidente?

Acredito que sim.

Entre os nomes cotados até o momento, Caiado seria o que melhor representa a direita na eleição presidencial ou há outros bons representantes da direita?

Ronaldo tem uma história na direita, não é um político de direita por conveniência eleitoral momentânea. Ele historicamente foi de direita, é conservador, é um político preparado tanto do ponto de vista da atuação legislativa quando do ponto de vista da gestão do executivo. É claro que outros nomes estão colocados, a exemplo do (Romeu) Zema, do Ratinho Júnior, existe a possibilidade da Michelle Bolsonaro, possibilidade do Tarcísio (de Freitas), mas o único nome efetivamente colocado até agora é do Ronaldo Caiado. O único que disse: 'eu sou pré-candidato, vou deixar o governo na data x, já estou em pré-campanha', e isso o ajudará muito. Os outros não dizem se serão ou não serão, não têm uma posição definida. Ele tem. Acho que isso ajuda muito.

O deputado Glaustin da Fokus afirmou à Tribuna do Planalto que o apoio a Daniel Vilela na eleição para o governo em 2026 não será transferido automaticamente. O senhor concorda?

Eu não dialoguei com Glaustin acerca disso, não sei o que ele levou em conta para fazer essa afirmação de tal forma que prefiro não emitir opinião acerca dessa manifestação dele.

O senhor foi presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara e é delegado de polícia. Como avalia o novo plano nacional de

segurança pública apresentado pelo governo federal e as críticas que o governador Ronaldo Caiado faz ao projeto?

Eu acho que essa proposta apresentada pelo presidente Lula é uma mera enganação. Dizer que essa proposta de emenda constitucional encaminhada para a integração de todas as forças policiais e que esse é o caminho é enganação, porque a política de integração já existe. Não começou hoje, já existe por lei. Nós aprovamos a lei do Sistema Único de Segurança, que trata exatamente da integração entre todas as forças policiais. Isso vem acontecendo no Brasil em função dessa lei e de práticas que vêm sendo desenvolvidas. Pegar esse conceito e levar para a Constituição vai mudar o quê? Nada, absolutamente nada. É uma enganação para dizer que não está tendo uma proposta na área de segurança pública. De outro lado, colocar no texto constitucional determinadas hipóteses em que o crime seria da competência das polícias estaduais e justiça estadual e passa a ser em função da sua complexidade ou de ser um crime interestadual, passa a ser de competência da Polícia Federal, isso também já está devidamente regulamentado. Mudar o nome da PRE; o que que isso acrescenta? Absolutamente nada. Nós precisamos de um Ministério da Justiça e Segurança Pública que seja efetivamente indutor de uma política nacional de segurança pública; e política nacional significa ações, programas e recursos. E por falar em recurso, vão dizer: vamos pegar o Fundo Nacional de Segurança, o Fundo Nacional Penitenciário e colocar no texto constitucional. Não é isso que resolve. Esses fundos já existem, estão previstos em leis há muito tempo, por que não resolve? Porque, embora eles existam há muito tempo, sempre o governo, e não apenas o do Lula, todos os governos os contingenciam. Para garantir o recurso é só não contingenciar,

não precisa colocá-lo no texto constitucional. Pode estar no texto condicional e ao mesmo tempo contingenciar. Me parece que isso tudo é apenas muito verbo para dizer que há uma preocupação com a segurança pública do Brasil, mas não há nenhuma novidade, do meu ponto de vista. Além disso, concordo com o governador Ronaldo Caiado, há um viés de buscar suprimir a competência dos estados. E isso não é um caminho considerando que o Brasil é uma federação.

O crime organizado tem avançado no país e Ronaldo Caiado tem afirmado que falta competência do estado para combater o crime organizado. Qual a sua opinião em relação a este avanço do crime organizado e as soluções que até aqui foram colocadas?

Por mais que o crime organizado se avolume, o Brasil tem avançado muito no enfrentamento ao crime organizado e os resultados são significativos. Lamentavelmente, há um tempo atrás, o estado brasileiro, eu não me refiro ao governo federal só, me refiro aos estados, inclusive, que se omitiram em relação ao crime organizado e o deixaram avançar muito. Isso é tão verdade que só em 2013 o Brasil passou a ter uma lei específica de enfrentamento às organizações criminosas. Até então, sequer havia lei para enfrentamento ao crime organizado. Na última década ou nas últimas duas décadas, o Brasil avançou muito na legislação para o enfrentamento ao crime organizado e com resultados muito significativos. É verdade que precisa avançar muito mais. As polícias foram qualificadas, não só a Polícia Federal, as polícias estaduais se prepararam muito para isso, hoje temos polícias muito qualificadas, com uso de tecnologias adequadas, com investigação muito bem-sucedidas. Mas não tem sido suficiente. Quem sabe a gente precisa avançar mais nas estruturas de polícia com expertise nessa área. Não dá para abrir mão da criminalidade comum para focar só no crime organizado, mas quem sabe seja preciso ampliar os recursos e os esforços nessa área de enfrentamento ao crime organizado. Eu repito, na minha avaliação, por mais que o crime organizado esteja presente, tenha avançado, na última década, conseguimos avanços também muito expressivos no enfrentamento ao crime organizado do país

LEGALIDADE

Concursos sem cotas
são questionados

Certame do Fisco foi suspenso e os da UEG são alvo de ação por não destinarem vagas a negros

Carla Borges

A falta de reserva de cotas para candidatos negros em três concursos realizados pelo Estado de Goiás levou o Ministério Público (MP) estadual a questionar na Justiça a inobservância da norma que determina a adoção das cotas raciais. A primeira medida já veio: o Tribunal de Justiça suspendeu o edital de um dos concursos mais disputados do país, que atrai candidatos de vários estados, o de auditor-fiscal da Secretaria da Economia. Outros dois certames são alvo de ação civil pública, movida pelo MP, ambos da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que igualmente não fez reserva de vagas para candidatos negros.

O advogado Daniel Assunção, especialista em concursos públicos, explica que os fundamentos para as ações do MP são os mesmos. "É o descumprimento da lei que garante a reserva de cotas para candidatos negros nesses concursos e que obriga uma reserva de 20% das vagas, o que não foi observado e que motivou justamente a suspensão", explica. O fundamento legal é a Lei Federal 12.990, de 2014.

Assunção acrescenta que apesar de, no Estado de Goiás, ainda não haver vigente uma lei que obriga essa reserva, o que está sendo analisado é a lei federal com aplicação por analogia. "Então, o TJ de Goiás entendeu que, apesar de não termos lei vigente no Estado de Goiás sobre cotas, a lei federal deve sim ser aplicada de forma análoga, obrigatoriamente", explica.

O advogado acrescenta que no Estado de Goiás foi promulgada a Lei 23.389, de 2025, que traz essa obrigatoriedade de forma bastante clara e específica. "Só que essa lei terá vigência apenas daqui a 180 dias. Então esse



Daniel Assunção, advogado: "sem prejuízo para os candidatos"

não foi o fundamento, apesar de nós termos uma lei estadual garantindo essa reserva de vagas para negros, ela ainda não está vigente. Mas temos a lei federal que está vigente desde 2014", observa.

A norma federal manda reservar 20% das vagas oferecidas em concursos e empregos públicos no âmbito da administração federal, das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista para candidatos negros. Assim, o TJ-GO entendeu que a regra deve ser aplicada também a órgãos estaduais e determinou a suspensão do concurso da Sefaz. Contudo, ainda cabe recurso.

"O Estado de Goiás pode recorrer tentando reverter essa decisão liminar para que o concurso volte a acontecer nas datas já pré-estabelecidas", diz o advogado. "Eu acredito que esse recurso por parte do Estado de Goiás não vai prosperar e que a decisão liminar vai se manter até o final do processo, quando ela será confirmada de forma definitiva".

Assunção destaca que não haverá prejuízo para os candidatos. "Quando o concurso é suspenso pelo Judiciário e depois retorna, tem o prazo de inscrição prorrogado, é divulgado novo calendário de inscrições, então nenhum candidato será prejudicado por falta de prazo por causa da suspensão", assegura.

Tribuna
Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com

STF limita prazo para
diretórios provisórios de partidos

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu que os diretórios partidários provisórios devem ter duração máxima de quatro anos, sem possibilidade de prorrogação. Definiu, ainda, que o não cumprimento do prazo acarreta a suspensão de repasses dos fundos partidário e eleitoral até a regularização, sem a possibilidade de recebimento retroativo.

Instâncias de direção

Diretórios partidários são instâncias de direção dos partidos políticos nas esferas nacional, estadual e municipal. Entre outros pontos, cabe aos diretórios administrar recursos dos fundos partidário e eleitoral, prestar contas à Justiça Eleitoral e convocar as convenções para a escolha de candidatos a cargos eletivos. De acordo com a Lei dos Partidos Políticos, o mandato dos membros dos diretórios deve ser de dois anos.

Duração indefinida

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5875, a Procuradoria-Geral da República (PGR) questiona a autonomia dada pela Emenda Constitucional (EC) 97/2017 (artigo 17, parágrafo 1º) aos partidos políticos para definir a duração de seus diretórios. Segundo a PGR, a regra concentra poder nos diretórios nacionais, que nomeiam dirigentes locais dos diretórios provisórios. Também foram apontados obstáculos ao direito de filiados participarem de eleições, pois a escolha de candidatos passa a ser controlada pela direção nacional.

Sessão histórica

Pela primeira vez em seus 94 anos de história, a OAB-GO sediou uma sessão do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB (foto). Reconhecida nacionalmente por sua atuação técnica, combativa e articulada, a Seccional foi escolhida como a primeira do país a receber uma sessão plenária da nova gestão do CFOAB fora de Brasília. O encontro, que reuniu conselheiros federais de todos os estados e a diretoria nacional da Ordem, foi realizado na segunda-feira (26), em Goiânia. Na pauta da sessão constaram 24 itens, entre proposições e recursos. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente nacional da OAB, Beto Simonetti.



Divulgação

“Nossa proposta é repensar a justiça do presente e vislumbrar possibilidades futuras, com foco em inovação, inteligência artificial e gestão”

Patrícia Bretas, juíza

Procurador

A juíza Danila Cláudia proferiu sentença contra a prefeitura do município de Pontalina, acusado de não chamar aprovados no concurso público para o cargo de Procurador Jurídico do Município e nomear no lugar comissionados. A sentença determinou ao município o prazo de 24 horas para convocar os quatro primeiros colocados no certame, sob pena de multa diária de R\$10 mil reais.

Lixões

O MP-GO ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no TJ-GO, com pedido de medida cautelar, contra a Lei Estadual nº 23.407/2025, que prorroga o prazo para encerramento de lixões no Estado para maio de 2026. A ação, protocolada na quarta-feira (28) pelo procurador-geral de Justiça Cyro Terra Peres, contesta norma que concede prazo adicional de 360 dias para que os municípios goianos procedam ao fechamento de vazadouros a céu aberto e lixões controlados.

ALEGO

“Deputado do chapéu”, Amauri Ribeiro coleciona polêmicas e representações no Conselho de Ética

Episódio envolvendo a deputada Bia de Lima elevou a tensão interna na Casa e trouxe à tona o histórico de condutas polêmicas protagonizadas por Amauri desde o início de seu primeiro mandato, em 2019

Domingos Ketelbey

A mais recente crise no plenário da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) teve como protagonista um nome já conhecido pelos embates públicos e falas polêmicas: o deputado estadual Amauri Ribeiro (União Brasil). Durante a sessão da última quarta-feira (21), o parlamentar insinuou, da Mesa Diretora, que a deputada Bia de Lima (PT) estaria fazendo apologia à pedofilia, ao comentar uma entrevista concedida por ela a uma rádio.

“Você gosta de novinho; cuidado pra não pegar novinho demais”, disparou ele do alto da mesa que conduzia os trabalhos na Alego e foi recebida como ofensiva pela petista, que pediu a retirada de Amauri da função de secretário da sessão e, no dia seguinte, protocolou representação por quebra de decoro no Conselho de Ética da Casa. “Pesquisei e vi que pedófilos usam essa expressão”, explicou o deputado que não larga seu chapéu.

A reação institucional não demorou. O presidente da Alego, Bruno Peixoto (União Brasil), anunciou que todas as falas ofensivas ou com teor pessoal passarão a ser cortadas do áudio e da transmissão da TV Alego. Amauri, por sua vez, contra-atacou: apresentou representação contra Bia e disse se sentir ofendido por declarações anteriores da deputada, inclusive durante sabatinas da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O

Alego



Amauri Ribeiro protagonizou mais uma polêmica na Assembleia Legislativa, com ataques à colega Bia de Lima

caso elevou a tensão interna na Casa e trouxe à tona o histórico de condutas polêmicas protagonizadas por Amauri desde o início de seu primeiro mandato, em 2019.

REPRESENTAÇÕES, BATE-BOCAS E AMEAÇAS EM PLENÁRIO

Amauri Ribeiro chegou à Alego defendendo o que chamava de “fala sem filtro”. Não demorou para que os discursos inflamados se transformassem em alvo de representações por quebra de decoro. Em 2021, durante uma sessão ordinária, o parlamentar afirmou que “quem invade propriedade merece um tiro na cara”. A declaração, dada da tribuna, causou protestos de movimentos sociais e gerou nota de repúdio assinada por entidades de direitos humanos. À época, o deputado disse não se retratar.

Suas discussões não se limitam aos que pensam diferente de forma ideológica. Com seu chapéu, ele já enfrentou aqueles que defendem ideais parecidos com os seus. Ainda em 2021, Amauri protagonizou uma discussão acalorada com o deputado estadual bolsonarista Major Araújo (então no PSL).

Durante um bate-boca em plenário, precisou ser contido por colegas e seguranças. Amauri, entre outras expressões que quebraram qualquer decoro, chamou o militar de “bosta”. Araújo respon-

deu chamando-o de “boneca”. A sessão foi suspensa para evitar confronto físico. O caso não teve consequências formais no Conselho de Ética, mas consolidou sua fama de pavio curto nos bastidores da Casa.

Antes disso, logo no início do primeiro mandato, o parlamentar se envolveu em outra polêmica ao afirmar, em entrevista, que “tem mulher bonita demais circulando por aqui, parece até que tem modelo desfilando nos gabinetes”. A frase gerou protestos de servidoras da Assembleia, que exigiram retratação. Amauri se recusou, dizendo que não ia “pedir desculpas por mimimi”.

FORA DA ASSEMBLEIA: GUERRA CIVIL, RACISMO E BOLSONARISMO RADICAL

As polêmicas não ficaram restritas aos microfones do plenário. Em junho de 2022, durante um ato político no interior de Goiás, Amauri declarou que, se Lula fosse eleito presidente da República, haveria uma guerra civil. “Se eu for convocado, empunharei uma arma”, afirmou. A fala gerou repercussão nacional, mas ele manteve o tom em entrevistas posteriores.

Meses depois, já após o segundo turno das eleições, o parlamentar voltou à tribuna da Alego para afirmar que ajudou a bancar financeira-

mente os acampamentos de manifestantes que pediam intervenção militar em frente a quartéis. “Levei comida, água e dinheiro. E se for crime, me prendam”, disse. As declarações o colocaram entre os alvos de investigação da Polícia Federal no contexto da Operação Lesa Pátria, que apura a organização dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

No mesmo período, Amauri também se tornou réu por injúria racial. Em abril de 2022, publicou nas redes sociais uma imagem considerada ofensiva por movimentos negros. A montagem, que mostrava uma mão branca fechando um punho negro com a frase “na minha família não”, motivou denúncia do Ministério Público de Goiás. O deputado alegou que se tratava de uma “brincadeira”, mas a Justiça aceitou a denúncia.

CHAPÉU E CONFRONTO

Amauri Ribeiro é natural de São Miguel do Passa Quatro e chegou à política como vereador e prefeito da cidade. No primeiro mandato como deputado estadual, foi eleito pelo PRP. Com a fusão da legenda, ingressou no Patriota e depois migrou para o União Brasil. Em 2022, foi reeleito com 45.046 votos.

Em 2015, enquanto ainda era prefeito de Piraicanjuba, trocou o noticiário político pelas páginas policiais após

dar uma “surra” na filha adolescente. Denunciado pelo Conselho Tutelar, tanto a Polícia Civil como o Ministério Público de Goiás chegaram a investigar o caso. Não deu nada. Amauri até hoje orgulha-se do que fez e classifica o episódio como um “corretivo”.

Ao longo da trajetória na Alego, além do uso inseparável de seu chapéu, o deputado tem adotado um discurso voltado ao eleitorado conservador, com ênfase em pautas ligadas ao agronegócio, armamento civil, valores religiosos e apoio irrestrito ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O estilo combativo o aproxima da base mais radical da direita goiana. Em um evento do Partido Liberal, chegou a dizer que estava no União Brasil, mas o “coração estava no PL”.

Sua postura, o aproxima do bolsonarismo radical, mas também o afasta de setores moderados. Mesmo parlamentares do União Brasil, seu partido, já manifestaram desconforto com o comportamento reiterado de Amauri. No Conselho de Ética, ele figura tanto como alvo quanto como autor de representações. De acordo com fontes da Casa, já foram protocoladas mais de dez ações contra ele ao longo de dois mandatos: algumas arquivadas, outras em andamento.

QUE DESFECHO ESPERAR?

O caso envolvendo Bia de Lima e Amauri Ribeiro ainda será analisado pelo Conselho de Ética da Alego, que pode decidir pela abertura de processo disciplinar. A depender da conclusão, o colegiado pode aplicar desde uma advertência verbal até a suspensão temporária do mandato. Até lá, a presidência da Assembleia busca conter novos episódios com reforço de medidas regimentais, como corte de microfones e controle da pauta.

Amauri, por sua vez, mantém o tom. Na tribuna, disse que não retira nenhuma palavra. Disse ainda que a entrevista da deputada petista “teve conotação indevida” e que continuará recorrendo às comissões da Casa para questionar a conduta de Bia. A petista, contudo, promete não recuar.

FINANÇAS

Paço pretende buscar na Justiça recomposição de R\$1 bilhão da União

Prefeito Sandro Mabel aponta queda nas transferências federais e diz que Goiânia está sendo “esfolada” pelo governo federal

Lucas de Godoi

Goiânia perdeu recursos em repasses federais nos últimos anos, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), segundo o prefeito Sandro Mabel (UB), que anunciou que vai acionar a Justiça para buscar uma compensação de até R\$ 1 bilhão. Segundo ele, a queda nos repasses e falhas na execução de verbas na gestão anterior têm comprometido o orçamento da capital.

De acordo com os dados apresentados aos vereadores, durante prestação de contas, na última quinta-feira (29), a capital recebeu R\$ 201,2 milhões em FPM no primeiro quadrimestre de 2024, valor que caiu para R\$ 177,5 milhões no mesmo período de 2025. A diferença representa uma variação nominal de -11,77%, o que, corrigido pela inflação, resulta em uma perda real de 16,40%. Além do FPM, Mabel também citou perdas na arrecadação da cota-parte do ICMS. Embora os valores tenham apresentado crescimento nominal, de R\$ 237 milhões em 2024 contra R\$ 239,6 milhões em 2025, o aumento de 1,10% foi insuficiente para cobrir a inflação, resultando em uma queda real de 4,20%.

Divulgação



Chefe do Executivo anuncia ação judicial para recuperar recursos federais e reforça compromisso com os serviços públicos

“Temos quase R\$ 1,7 bilhão em cima da mesa que não é buscado e que nós estamos começando a buscar e eu espero que ao longo dos anos possa nos ajudar a saldar essas dívidas nossas com esses créditos que nós temos junto à União e junto a outros órgãos.”, explicou.

Mabel afirmou que já tem o escopo da reivindicação definido e que isto vai ser tocado mediante contrato. “Contratamos uma pessoa que entende de co-índice para correr atrás dos últimos cinco anos e recuperar esse dinheiro, porque está faltando recurso para tudo, e deixaram esse dinheiro ir embora, dinheiro que era direito da população”.

Nos bastidores, há informações de negociação da administração com uma empresa de consultoria que atua no levantamento e na busca desses recursos consi-

derados “perdidos”. No mercado, as empresas cobram entre 20% e 30% dos recursos que forem recuperados.

Ele reclama também de falhas na execução de verba federal pela gestão do ex-prefeito Rogério Cruz (Solidariedade), que teria implicado em perda de recursos para a cidade. Neste sentido, tem orientado os auxiliares a resolver pendências e resgatar recursos.

INCREMENTO

Como exemplo de incremento na arrecadação de maneira administrativa, o prefeito mencionou que a Secretaria Municipal de Educação assegurou R\$ 10 milhões da complementação Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), que pode chegar a R\$ 30 milhões.

Na área de assistência social, justificou que a queda de 78,15% nas receitas reflete

a falta de execução dos valores disponíveis pela administração anterior, o que impacta no envio de recursos novos.

Segundo o prefeito, o salto nas transferências do Sistema Único de Saúde (SUS) é resultado do esforço coletivo de parlamentares em Brasília, como do senador Jorge Kajuru (PSB), que articulou a destinação de recursos adicionais para a saúde da capital diante da crise que a cidade enfrentou no final do ano passado.

Até abril, a União já transferiu mais de R\$ 303,3 milhões para a saúde da capital, um crescimento nominal de 15,90%, diante dos R\$ 261,7 milhões repassados no mesmo período de 2024. Procurada pela reportagem, a Prefeitura de Goiânia não respondeu aos pedidos de esclarecimentos.

AGM aponta impactos de reformas tributárias e defende compensação

A Associação Goiana de Municípios (AGM) defende a recomposição das perdas de arrecadação decorrentes de reformas tributárias, como a que altera o Imposto de Renda (IR). A entidade aponta que a reforma pode reduzir os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), uma vez que o IR compõe a base de cálculo do fundo.

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou nesta terça-feira (27), em audiência na Câmara dos Deputados, que o projeto de lei que amplia o Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil deve gerar uma perda de R\$ 3 bilhões aos municípios.

A estimativa da AGM é de perda de R\$ 170 milhões anuais para os municípios de Goiás. “A redução da arrecadação do IR pode afetar os repasses para os municípios”, aponta a entidade. “A perda de arrecadação pode afetar a capacidade dos municípios de financiar serviços essenciais, como saúde, educação e segurança.”, complementa.

De modo geral, a AGM defende medidas compensatórias, como o aumento de 0,5% no FPM e transferências da União, nos moldes do que foi feito após a aprovação da Lei Complementar 194/2022, que afetou o ICMS. A entidade também menciona falhas na comunicação do governo federal, que informou impacto apenas na arrecadação da União. Novos dados, no entanto, indicam que os efeitos alcançam todas as esferas fedrativas.

Encontro de contas com INSS e diferenças em fundos são principais reivindicações

Especialistas ouvidos pela reportagem explicam que, entre os principais pontos de reivindicação dos municípios, estão o encontro de contas do INSS patronal e a correção de repasses subavaliados do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do

Fundeb e de outras transferências constitucionais.

Em muitos casos, a base de dados utilizada para os repasses está desatualizada ou incorretamente alimentada pelo próprio ente. “Um município goiano, por exemplo, recebia valores menores do Fundeb porque o Censo Escolar tinha

dados errados. Com a correção administrativa, o município passou a receber os valores devidos”, explica um especialista.

A busca dos municípios por recomposição de receitas federais se apoia em decisões como a do Supremo Tribunal Federal (STF), que vedou deduções

na base de cálculo do FPM por programas como PIN e PROTEX, por entender que ferem o pacto federativo.

Esse entendimento fortalece a legitimidade de pleitos administrativos e judiciais por perdas acumuladas, inclusive em casos de “diferenças de fundos” e cobranças indevidas,

como as relacionadas ao INSS patronal.

Para subsidiar essas ações, é comum a contratação de empresas especializadas em auditoria e recuperação de ativos, que atuam com base em análises técnicas e recebem comissões sobre os valores recuperados.

ANÁPOLIS

Enquanto oposição tenta instalar CEI, Márcio Corrêa vai à Europa

Prefeito de Anápolis foi citado em inquérito da Operação Máscara Digital, evita declarações públicas e é “escondido” em viagem

Carlos Nathan Sampaio

Vereditores de oposição da Câmara Municipal de Anápolis estão tentando, com dificuldade, reunir assinaturas para abrir uma Comissão Especial de Investigação (CEI) com foco na Operação Máscara Digital, deflagrada pela Polícia Civil de Goiás (PCGO). O motivo seria, segundo a investigação que aponta um esquema criminoso de difamação política por meio de redes sociais e grupos de mensagens, que a estrutura pública poderia estar sendo usada para atacar pessoas. O prefeito Márcio Corrêa (PL), inclusive, foi citado em inquérito que o põe como suspeito de comandar o grupo digital ofensivo e coordenador do conteúdo publicado pelo perfil “Anápolis na Roda”.

Em meio ao avanço da tentativa de instalar a CEI e do pedido de investigação, Márcio Corrêa se manteve em silêncio, inclusive, indo à Europa. Tudo começou quando ele foi anunciado como integrante da comitiva do vice-governador Daniel Vilela (MDB) em viagem oficial ao continente europeu, com destinos na Estônia, Finlândia e, depois, Singapura,

Divulgação



Reunião da Frente Parlamentar de Acompanhamento da Operação Máscara Digital realizada por vereadores de oposição

sob o pretexto de buscar inovações na área digital. A viagem gerou desconforto político por acontecer no exato momento em que o nome do prefeito era citado diretamente no inquérito e enquanto crescia a mobilização pela criação da CEI, o que fez com que a presença de Márcio chegasse a ser negada. No fim, a assessoria de Daniel Vilela afirmou que o chefe do Executivo de Anápolis foi, sim, para a viagem, mesmo não fazendo parte oficial da comitiva.

Enquanto isso, a Frente Parlamentar de Acompanhamento da Operação Máscara Digital realizou sua primeira reunião na última segunda-feira (26). O encontro contou com a participação de parlamentares que defendem uma apuração mais rigorosa sobre os supostos crimes cometidos a partir da estrutura do Executivo municipal. O grupo chegou a reunir seis das oito assinaturas necessárias para instaurar a CEI, mas sofreu uma baixa recente: a vereadora Thais retornou atrás e retirou seu apoio formal à investi-

gação, reduzindo o número atual para cinco assinaturas válidas. Veja quem assinou: Luzimar Silva (PP), Domingos Paula (PDT), Alex Martins (PP), Fred Caixeta (PRTB) e Rimet Jules (PT).

Durante a reunião, foi deliberada a realização de uma audiência pública na Câmara, marcada para o dia 3 de junho. Autoridades, vítimas dos ataques e representantes da sociedade civil estão sendo convidados para participar. Além disso, os parlamentares decidiram visitar o delegado responsável pela investigação, Marcos Adorno, e o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), que recebeu o pedido de apuração formal envolvendo o prefeito, que só pode ser investigado com autorização do tribunal devido ao foro privilegiado.

O vereador Rimet Jules (PT), uma das vozes mais atuantes na frente parlamentar, criticou duramente a situação. “A população exige respostas. Estamos diante de um caso gravíssimo, com uso criminoso da estrutura pública para atacar adversários, manipular

a opinião pública e esconder falhas da gestão. O mínimo que podemos fazer é garantir fiscalização firme, ampla e transparente”, afirmou. Ele também reforçou que as audiências devem dar à Frente um caráter investigativo semelhante ao de uma CEI, mesmo que a comissão formal não se concretize de imediato.

A única resposta formal da Prefeitura de Anápolis desde a deflagração da operação, foi a exoneração do então secretário de Comunicação, Luís Gustavo Rocha, preso na juntamente com o jornalista Denílson Boaventura e a servidora Elyssama Aires. Questionada por veículos de imprensa, a Prefeitura limitou-se a afirmar que “não foi notificada formalmente”. O silêncio também tem sido a ordem entre os aliados do prefeito, que evitam manifestações públicas sobre o tema, incluindo o líder do prefeito na Câmara, Jean Carlos (PL), que não se manifestou até a publicação desta reportagem.

Ha informação não oficial do retorno de Marcio Corrêa

este fim de semana.

Domingos Paula (PDT), também citado entre os alvos dos ataques virtuais, afirma que a repercussão dos danos causados vai além da política. “Foram prejudicadas pessoas do bem, destruídos casamentos, pessoas perderam emprego e houve perseguição política. Quando o político é atacado, o estrago é maior. Por isso, quero pedir aos investigadores que deem prosseguimento e informem a população”, disse.

Na Câmara, o temor é de que o conteúdo apreendido nos celulares investigados possa atingir outros políticos, inclusive vereadores que ainda não foram citados formalmente. Há receio de que a operação se desdobre em novos inquéritos, desestabilizando ainda mais a base de apoio do governo municipal. Por ora, a Frente de Acompanhamento segue mobilizada, com expectativa de que o apoio popular às audiências e o surgimento de novas evidências possam pressionar os indecisos a assinarem a CEI.

ESPORTE

Circuito Anapolino de Corrida de Rua abre inscrições para a 4ª etapa

O Circuito Anapolino de Corrida de Rua chega à sua 4ª etapa com inscrições abertas pelo site Brasil Corrida. A prova, que já é tradição no calendário esportivo de Anápolis, oferecerá seis mil vagas gratuitas para o percurso de 5 km, com largada marcada para o dia 15 de junho, às 7h, na Avenida Brasil Sul.

Organizado pela Prefeitura de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Esportes, o circuito tem como objetivo incentivar a prática esportiva gratuita, democratizar o acesso ao atletismo e apoiar o desenvolvimento de atletas locais. A etapa anterior arrecadou cerca de 9,6 toneladas de alimentos, dis-

tribuídos a famílias em vulnerabilidade social. Nesta edição, os participantes deverão doar 400g de leite em pó ou 250g de café como contribuição solidária à Campanha de Inverno.

Como nas demais fases, os corredores inscritos receberão medalha — desta vez com a letra “P”. Ao completar as oito

etapas da temporada 2024, os atletas poderão formar o nome “ANÁPOLIS” com as premiações.

Uma novidade desta fase é a suspensão de atletas que faltaram à etapa anterior sem justificativa. Quem não retirar o kit de prova será impedido de se inscrever nesta fase, salvo apresentação de atestado

médico. A medida busca garantir que apenas participantes realmente comprometidos ocupem as vagas disponíveis.

A entrega dos kits acontece no Ginásio Internacional Newton de Faria: dia 12/6 para equipes com 10 ou mais atletas; dia 13 para equipes e avulsos; e dia 14 somente para avulsos.



tribuna DO CAMPO

Dhayane Marques dhayanemarquess@hotmail.com

Seca persistente

Goiás permanece entre os cinco estados brasileiros mais afetados pela seca em 2025, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA). Apesar de uma leve melhora em abril, cerca de 96% do território goiano segue impactado. As lavouras de soja e milho estão entre as mais prejudicadas, com risco de quebra de safra em regiões críticas. A combinação de altas temperaturas e baixa umidade agrava o problema. Autoridades estaduais seguem monitorando os dados para traçar estratégias de enfrentamento. O desafio é manter a produção agrícola diante desse cenário prolongado de estiagem.



Impacto econômico

A estiagem severa em Goiás ameaça diretamente a economia agrícola do estado. Produtores de grãos, especialmente soja e milho, relatam perdas significativas e aumento nos custos de produção. A redução da produtividade preocupa, principalmente, pequenos e médios agricultores, que têm menos capacidade de enfrentar adversidades climáticas. Além disso, a escassez hídrica impacta o abastecimento de água em zonas rurais e urbanas. O governo estadual articula medidas emergenciais, como apoio técnico e crédito facilitado. Mesmo assim, o cenário exige planejamento de longo prazo e investimentos em tecnologias de convivência com a seca.

Alívio limitado

Chuvvas registradas em abril trouxeram alívio pontual para parte do território goiano, mas não foram suficientes para reverter o quadro geral de seca. A redução da seca moderada, que caiu de 75% para 69%, mostra uma melhora tímida. A região Centro-Oeste, como um todo, apresentou sinais de recuperação, mas ainda enfrenta desafios significativos. A previsão para junho aponta que as chuvas deverão ficar abaixo da média histórica em boa parte de Goiás. Esse cenário reforça a necessidade de práticas sustentáveis, como manejo de solo e uso racional da água. O risco permanece elevado para o setor agrícola.

Panorama nacional

O Brasil enfrenta uma das maiores estiagens dos últimos anos, com mais da metade do território afetado. Goiás ocupa a quinta posição, atrás de Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. A seca grave atinge especialmente as regiões Nordeste, Centro-Oeste e parte do Sudeste. Apesar de alguns estados registrarem melhora, outros tiveram agravamento, como Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul. O monitoramento da ANA aponta que 12 estados sofrem impactos severos, exigindo ações coordenadas. O fenômeno afeta não só a agricultura, mas também recursos hídricos, energia e abastecimento urbano em várias regiões.

Sanidade animal

A Agrodefesa publicou, no Diário Oficial do Estado, a Instrução Normativa nº 02/2025, que atualiza as regras para controle e erradicação da brucelose e tuberculose bovina e bubalina em Goiás. A normativa visa padronizar procedimentos de vacinação, diagnóstico, certificação e trânsito de animais, fortalecendo a segurança sanitária. Produtores, médicos-veterinários e revendas devem se adequar às novas exigências. A Faeg oferece suporte técnico e orientações sobre a implementação das medidas. O objetivo é proteger a saúde dos rebanhos e garantir a qualidade da produção agropecuária goiana.

Reconhecimento internacional impulsiona a pecuária goiana

Agrodefesa

O Brasil foi oficialmente declarado zona livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). O anúncio foi feito nesta quinta-feira (29/5), em Paris, durante a 92ª Sessão Geral da entidade. Entre os estados que mais se destacaram nessa conquista, Goiás ganhou relevância pela eficiência de seu sistema de defesa agropecuária e pelo comprometimento dos produtores rurais, consolidando sua liderança no agronegócio nacional.

O governador Ronaldo Caiado celebrou o feito, destacando a força da parceria entre governo, setor produtivo e pecuaristas. Segundo ele, esse reconhecimento internacional eleva a produção goiana a um novo patamar de competitividade. "Agora, mais do que nunca, vamos



intensificar a vigilância sanitária e manter o alto padrão que nos trouxe até aqui", afirmou o governador, reforçando que a excelência do trabalho em Goiás serve de exemplo para todo o país.

Para a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa), essa certificação não só representa um marco na sanidade animal, como também abre portas

para mercados internacionais exigentes, como Japão e União Europeia. O presidente da agência, José Ricardo Caixeta Ramos, ressaltou que o status conquistado é resultado de um esforço técnico contínuo e de uma política pública sólida, que coloca Goiás no centro das exportações de proteína animal de alto valor agregado.

Mercado aberto

Com o novo status sanitário, Goiás e os demais estados livres da aftosa sem vacinação passam a acessar mercados antes restritos. Países como Japão, Coreia do Sul e nações da União Europeia, que exigem altos padrões de sanidade, agora se tornam destinos viáveis para a carne goiana. Isso traz aumento de receita, geração de empregos e mais valorização para o produtor rural, além de reduzir custos, já que não há mais necessidade de campanhas de vacinação contra a doença.

Desafio permanente

Apesar da conquista, o desafio agora é manter o rebanho protegido sem a vacinação. A Agrodefesa reforça que a vigilância sanitária precisa ser permanente, com ações constantes de monitoramento, fiscalização nas propriedades e controle de trânsito animal. A gerente de Sanidade Animal da entidade, Denise Toledo, alerta que surtos recentes na Europa servem de alerta para não baixar a guarda. "A conquista é grande, mas a responsabilidade também", afirma.

Modelo goiano

Goiás se torna referência nacional em defesa agropecuária. O trabalho integrado entre governo, técnicos, pecuaristas e entidades do setor foi fundamental para alcançar o status sanitário atual. Desde a última vacinação em 2022, o estado investiu em estrutura, treinamento e inovação em vigilância animal. Esse modelo eficiente e colaborativo agora serve como parâmetro para outros estados brasileiros e até para países interessados em adotar práticas semelhantes no combate à febre aftosa.

Crédito transformador

O Governo de Goiás realizou, em Jussara, a entrega de 465 cartões do Crédito Social para famílias da agricultura familiar. A iniciativa, coordenada pela Seapa, investiu R\$ 2,3 milhões para apoiar quem concluiu cursos profissionalizantes. O programa fortalece o empreendedorismo rural, permitindo que os beneficiários invistam em atividades como avicultura, panificação, doces artesanais e horticultura orgânica. A secretária Glaucilene Carvalho destacou que o crédito vai além do auxílio financeiro, sendo uma verdadeira ferramenta de transformação. A ação promove autonomia e geração de renda no campo. É desenvolvimento social com impacto direto nas comunidades rurais.

Capacitação produtiva

A segunda rodada do Crédito Social beneficiou agricultores da Regional Caiapó, que passaram por cursos de capacitação em março. As formações incluíram avicultura, bovinocultura, oleicultura, panificação e produção de salgados, todas pensadas na realidade da agricultura familiar. Segundo Pedro Vilela, da Seapa, o programa não entrega apenas recursos, mas fomenta o conhecimento e a autonomia dos produtores. O crédito permite que os agricultores coloquem em prática os aprendizados, ampliando ou iniciando seus próprios negócios. A iniciativa fortalece as cadeias produtivas locais e estimula o desenvolvimento econômico. Educação, crédito e oportunidade andam juntos.

ESCOLA

ENSINO

Salas mais focadas e interativas: reflexo da lei que limita o uso de celulares

Desde fevereiro, o uso de celulares está proibido nas escolas públicas e privadas de Goiás.

A medida já mudou a rotina de alunos, professores e até das famílias

Reprodução/Consed



Com celulares fora da sala, sobra espaço para mais troca, diálogo e aprendizado

SAIBA MAIS

Uma pesquisa nacional feita após a entrada em vigor da lei mostra que:

- ✓ O uso do celular no ambiente escolar caiu, mas 54% dos alunos ainda tentam usar escondido na sala.
- ✓ Nos recreios e pátios, a tentativa de uso caiu 20%, mas não desapareceu.
- ✓ 40% dos professores relatam melhora no foco dos alunos.
- ✓ Alunos relatam menos estresse, mais conversas e mais participação nas atividades presenciais.

Dhayane Marques

Desde fevereiro deste ano, as escolas de Goiás passaram por uma transformação visível: os celulares, que antes eram presença constante nas mãos dos alunos — na sala, no pátio, nos intervalos e até nos banheiros, estão oficialmente proibidos. A decisão, baseada na Lei nº 15.100, mudou radicalmente a dinâmica escolar.

Se por um lado houve resistência de parte dos alunos, que alegam sentir falta da conexão constante, os efeitos começaram a aparecer rápido. Conversas cara a cara voltaram a ser comuns nos recreios, jogos de tabuleiro e brincadeiras tradicionais ressurgiram, e até a ansiedade coletiva parece ter dado uma trégua.

“A escola recuperou um clima que parecia perdido. Hoje os alunos interagem mais, conversam, brincam, estão menos dispersos. A ansiedade caiu, e o rendimento nas aulas melhorou visivelmente”, afirma Juliano Miranda, diretor de tecnologia da Escola Verum.

Na rede pública estadual, a Secretaria de Educação reforçou o uso de tecnologias pedagógicas como Chromebooks, tablets e plataformas digitais controladas, substituindo o celular por ferramentas focadas no aprendizado. “Não proibimos a tecnologia, apenas organizamos seu uso. A escola precisa ser um espaço de convivência, não de hiperconexão”, defende Vanessa de Almeida Carvalho, diretora de Política Educacional da Seduc-GO.

Mas nem todo mundo aprovou. Parte dos estudantes



Vanessa Carvalho:
Escola precisa ser um espaço de convivência

ainda tenta burlar as regras, e 57% relatam ter dificuldade em ficar longe das telas, segundo a pesquisa realizada pela organização Equidade.info em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Educação. O estudo mostra também que 54% dos alunos brasileiros ainda usam celular em sala, mesmo após as restrições impostas por leis estaduais como a de Goiás.

Grupos de pais também se dividem: enquanto alguns apoiam, outros se preocupam com a comunicação com os filhos durante o período escolar. Ainda assim, dados do levanta-

mento revelam que 75% dos estudantes alegam utilizar o aparelho para falar com a família, enquanto 45% assumem que usam majoritariamente para acessar redes sociais.

A presidente do Todos Pela Educação, Priscila Cruz, alerta: “O excesso de telas impactava todas as dimensões da aprendizagem: cognitiva, emocional, social e física. A restrição traz benefícios claros, mas precisa ser acompanhada de diálogo, inclusão e orientação digital.”

O governo estadual também ampliou as formações para professores, que agora usam mais as plataformas digitais oficiais e Inteligência Artificial para atividades como correções de redações e acompanhamento de desempenho.

Se a lei veio para ficar, ainda é cedo para dizer. Mas uma coisa é certa: desde que Goiás banuiu os celulares das escolas, o silêncio das notificações abriu espaço para algo que parecia esquecido — a convivência real.

O QUE DIZ QUEM ESTÁ DENTRO DAS ESCOLAS?

Vanessa de Almeida Carvalho, diretora de Política Educacional da Seduc-GO, defende que a decisão de restringir celulares foi baseada em uma construção coletiva,

ancorada em dados e nas queixas recorrentes dos próprios professores e famílias. “Nossos alunos estavam perdendo a capacidade de se relacionar. A escola, que deveria ser espaço de trocas humanas, estava se tornando um lugar de isolamento digital”, aponta. Ela explica que a restrição não é contra a tecnologia, mas contra o uso desordenado e sem propósito. “A tecnologia não saiu da escola. Hoje usamos Chromebooks, plataformas digitais, IA para redações, recursos para alunos com deficiência. A diferença é que agora a tecnologia serve à aprendizagem, e não à distração.”

Juliano Miranda, da Escola Verum, reforça que a mudança foi também um resgate da essência escolar. “Logo nos primeiros dias, vimos alunos olhando para os lados, sem saber o que fazer. Mas em pouco tempo, começaram a conversar, a brincar, a participar das atividades. E isso refletiu diretamente no desempenho acadêmico e no bem-estar socioemocional deles”, relata. Para ele, a experiência prova que o problema não era o celular em si, mas a falta de mediação no seu uso.

Tanto Vanessa quanto Juliano concordam que a transformação vai além de uma simples proibição. Trata-se de uma mudança de cultura, que exige da escola não só regras claras, mas também investimentos em formação docente, estrutura tecnológica adequada e, principalmente, um pacto com as famílias. “A escola não pode competir com o TikTok. Ela precisa oferecer experiências que façam sentido para os alunos. E isso é possível quando devolvemos a centralidade das relações humanas

no processo de aprendizagem”, conclui Vanessa.

GOIÁS NA ERA DIGITAL

A política de restrição ao uso de celulares nas escolas goianas não ocorre de forma isolada. Ela se apoia juridicamente na Lei nº 15.100/2025, regulamentada pelo Decreto nº 12.385/2025, que estabelece parâmetros claros: durante as aulas, recreios e intervalos, o uso de dispositivos eletrônicos portáteis de caráter pessoal está vetado em todas as etapas da educação básica. A norma dialoga com estados e municípios sobre práticas para limitar o uso de celulares no ambiente escolar, reforçando o papel da escola como espaço de aprendizagem ativa e socialização.

Por outro lado, o Governo de Goiás articula esse controle com investimentos em acessibilidade digital e inclusão. Ferramentas como GoEdu, Portal NetEscola, Canva e Piktochart não apenas ampliam as práticas pedagógicas, mas garantem que alunos — especialmente aqueles com baixa visão ou outras deficiências — tenham acesso a recursos acessíveis, com leitores de tela, legendagem e interfaces adaptáveis. Além disso, o programa “Conectar Goiás” assegura internet de alta velocidade nas escolas, reduzindo as desigualdades de acesso e possibilitando que a tecnologia, agora devidamente mediada, cumpra sua função pedagógica.

O investimento de R\$ 150 milhões, destinado à expansão da entrega de Chromebooks para os alunos da rede estadual — agora incluindo também estudantes da 2ª série do Ensino Médio —, não se limita a uma estratégia de modernização. Trata-se de uma política pública que enfrenta diretamente o desafio da inclusão digital e educacional. A meta é clara: substituir o uso desordenado de celulares por ferramentas estruturadas, que favoreçam tanto a aprendizagem colaborativa quanto o acompanhamento das famílias, por meio de plataformas como o NetEscola. Assim, Goiás tenta construir um equilíbrio entre a disciplina no uso das tecnologias e a democratização real do acesso a elas.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

CBF quer diminuir os campeonatos estaduais

A campanha para acabar com os campeonatos regionais ganhou força com a eleição de Samir Xaud para a presidência da CBF. Xaud tomou posse dizendo que pretende reduzir o número de datas dos estaduais das atuais 16 para apenas 11 datas. É possível? Talvez para o campeonato de seu Estado sim, já que a Federação de Roraima tem apenas 8 filiados, mas para as Federações com campeonatos mais competitivos, como é o caso de Goiás, é praticamente impossível.

O certame goiano é um dos melhores do País. Ser campeão estadual é o primeiro objetivo dos principais clubes do Estado. A competição tem grande rivalidade, tanto na capital como no interior e todos os jogos têm bom público. O presidente da Federação Goiana de Futebol afirmou recentemente que já tinha conhecimento das discussões em torno dessa possível redução de datas, mas vai tentar adequar o pensamento da CBF às necessidades atuais do nosso futebol, podendo inclusive utilizar datas da Conmebol para não prejudicar o campeonato estadual.

O Brasil tem dimensões continentais, não dá para pensar em uma decisão valendo para todo o território nacional. O que é bom para o Nordeste talvez não seja interessante para o Sul ou Sudeste. O campeonato paulista é o mais forte do Brasil, com 16 clubes participantes. Como fazer uma competição desse porte com apenas 11 datas? Talvez na região Norte, de onde vem Samir Xaud, essa possibilidade se viabilize. Em outros Estados como Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande Norte e Paraíba, também. Nos demais Estados seria uma sandice.



Divulgação

Autódromo terá Centro Aquático

O Governo de Goiás pretende construir um Centro Aquático, com a criação de uma piscina olímpica (50 metros)



Arquivo pessoal

nas dependências do Autódromo Internacional de Goiânia. Para isso, lançou o edital de concorrência para a contratação das empresas responsáveis pela execução da obra, que tem valor estimado de R\$ 9.699,820,26. As empresas vencedoras terão oito meses para a construção do Centro Aquático na área do Autódromo. A entrada do equipamento será pela Avenida Ayrton Senna, entre as áreas do Comando da Polícia Militar da Capital e do Batalhão da Rotam. No planejamento do governo estadual, o Centro Aquático será uma maneira de concentrar atividades do triatlo, como a disponibilização de um espaço para natação. O Autódromo já é utilizado para treinos de corridas e ciclismo.

O Autódromo Internacional Ayrton Senna continua fechado para o público por estar em obras visando à realização do MotoGP no Brasil, a partir de 2026. Desde o dia 24 de março, o Autódromo não recebe atividades, já que as reformas estão em fase adiantada. Além da piscina olímpica, o Centro Aquático terá arquibancadas, estacionamento para 78 veículos, um bicicletário, dois vestiários e espaço para a administração. Total das áreas edificadas será de 202,33 m². A FIM - Federação Internacional de Motociclismo, deverá fazer uma vistoria no Autódromo após a finalização das obras, para concluir o processo de homologação do circuito goiano, o que deve acontecer por volta do mês de outubro deste ano.

+++ Estão abertas as inscrições para a 32ª Caminhada Ecológica, tradicional percurso entre Trindade e Aruanã. Ao se inscrever, o atleta terá que participar de um processo seletivo para verificar sua aptidão.

+++ As mais recentes intervenções no Autódromo de Goiânia foram as demolições da torre de controle e do centro médico. Esses locais serão reconstruídos para a realização do Moto GP a partir do ano que vem.

+++ O técnico Augusto Fassina, do Goiatuba, ressaltou que a equipe está em franca evolução em relação ao time que iniciou a temporada. O "azulão" está no G4 do grupo G, com oito pontos somados.



Victor Ferreira/EC Vitória

Nícolás não vem

A imprensa paraense tem publicado insistentemente a notícia de que o centroavante Nícolás estaria voltando ao Goiás. O jogador tem seu contrato encerrado em breve com o Paysandu e seu nome passou a ser mencionado como possível jogador do Goiás. Procurado, o diretor de futebol Lucas Andrino negou qualquer possibilidade da volta do atacante. Chance zero, disse Andrino.

Por outro lado, o Goiás deverá dispensar alguns de seus jogadores para abrir vagas no elenco para as novas contratações que deverão chegar com a abertura da janela de contratações. O atacante Zé Hugo, o lateral Douglas Teixeira e o centroavante Facundo Barceló estão fora dos planos para o restante da temporada. O meia de armação argentino Martín Benítez já está contratado e deverá estar à disposição a partir do início do próximo mês. O também meia Bryan, do CSA, assinou contrato com o Goiás mas terá que terminar seu vínculo com o time de Alagoas. Deverá vestir a camisa do Goiás somente na próxima temporada. Mas o diretor Lucas Andrino ainda está em busca de mais um lateral esquerdo e outro atacante que atue pelas pontas.

Diversão e ARTE

Vinicius Borges

marcosborges710@gmail.com



Nomeações de aliados por Mabel em comissão geram críticas da classe artística

A nomeação de seis integrantes ligados diretamente ao gabinete do prefeito Sandro Mabel (União Brasil) para a Comissão de Projetos Culturais de Goiânia provocou reação negativa entre artistas e produtores locais. Entre os indicados estão Artur Bernardes (secretário de Governo), Cíntia Dias (chefe de gabinete da Casa Civil), Gabriel Lobo (superintendente de Assuntos Institucionais), Rafael Arantes (assessor especial), além dos servidores comissionados Michelle Almeida e Leandro Batista. O grupo agora avalia propostas da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, função remunerada com R\$ 3 mil mensais.

As críticas se concentram na ausência de experiência na área cultural, no acúmulo de cargos e no possível descumprimento do regime de dedicação exclusiva previsto para secretários. Representantes do setor cultural apontam risco à isenção e à legitimidade do processo. Em resposta, Mabel afirmou que escolheu pessoas com perfil "executivo" para "fazer a cultura andar" e prometeu ampliar a diversidade dos projetos contemplados.



Divulgação

Cia Nu Escuro celebra 29 anos com programação gratuita de teatro em Goiânia

A Cia Nu Escuro celebra 29 anos de trajetória com programação gratuita em Goiânia, incluindo o espetáculo Barbas, que será apresentado no dia 4 de junho, às 15h e 20h, no Centro Cultural UFG. Misturando teatro de animação e autoficção, a peça aborda temas como luto e amadurecimento com humor e sensibilidade. A programação inclui ainda o teatro de lambe-lambe Dramas ao Cubo, que será apresentado ao ar livre nos dias 27 e 29 de junho, às 18h, nas feiras da Praça do Jacaré (Criméia Oeste) e das Nuvens (Coimbra). As ações fazem parte do projeto de manutenção da companhia, com apoio da Política Nacional Aldir Blanc e da Secretaria de Cultura de Goiás.

Jovem Dionísio é atração principal do Festival Casarão em Goiânia

Nos dias 18 e 19 de junho, Goiânia recebe o Festival Casarão no De Leon Music Pub, com início às 19h e ingressos a partir de R\$ 60, vendidos pelo site Total Ingressos. A banda curitibana Jovem Dionísio, destaque do indie pop brasileiro, se apresenta no dia 18, trazendo seu som autoral que conquistou o país, especialmente após o sucesso do hit "Acorda, Pedrinho". Formada em 2019, a Jovem Dionísio vem consolidando sua presença na cena nacional com letras envolventes e uma sonoridade única, sendo uma das principais atrações do festival que celebra 25 anos de resistência da música independente no Brasil.



Fernando Mendes

Claudia Ohana e Maria Helena Chira estrelam musical histórico em Goiânia

No dia 21 de junho, Goiânia recebe o musical "Parabéns Sr. Presidente In Concert", estrelado por Claudia Ohana e Maria Helena Chira, no Teatro Sesi, às 20h. A peça de 70 minutos recria, com liberdade poética, o encontro entre Maria Callas e Marilyn Monroe nos bastidores da festa de aniversário do presidente John F. Kennedy, em 1962, explorando suas fragilidades e desejos em um diálogo marcado por emoção e humor. Com dramaturgia de Fernando Duarte e direção artística de Fernando Philbert, o espetáculo conta ainda com trilha original e direção musical de Maíra Freitas. Os ingressos estão à venda no site Santa Bilheteria, a partir de R\$50.